

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS  
COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E O RELATÓRIO  
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Março de 2020

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E  
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (SOBRAS).....	7-8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	12

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**  
**SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Singulares Filiadas à

**UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**

Ribeirão Preto - SP

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas** (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam advir do assunto descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

1. Conforme mencionado na nota explicativa 09, a Cooperativa, com base nas Instruções Normativas DIOPE nº 20, de 20 de outubro de 2008 e DIOPE nº 48, de 19 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que definiu a forma das Operadoras de Planos de Saúde contabilizarem as obrigações legais. Mantém registrado no passivo circulante e não circulante “tributos e encargos a recolher – parcelamento e provisão para riscos e contingências”, com correspondência, ao ativo não circulante “título de créditos a receber de cooperados” o valor de R\$ 10.611 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal valor será exigido dos cooperados à medida que a Cooperativa tenha de pagar as obrigações legais registradas no passivo não circulante. Considerando que se trata de um ativo ainda não devidamente formalizado e individualizado, sem prazo de realização definido e vinculado a demandas passivas, sua recuperação pode ser classificada como duvidosa e, portanto, sujeito a provisão para perdas. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no valor de R\$ 10.611 mil, devido ao não reconhecimento da provisão para perdas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 31 de janeiro de 2020.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Nota	2019	2018
<b>Ativo circulante</b>		<b>102.611.351</b>	<b>91.147.927</b>
Disponível		3.563.007	7.130.807
Realizável		99.048.344	84.017.120
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>4</b>	<b>64.371.447</b>	<b>50.785.237</b>
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		19.951.899	18.191.968
Aplicações livres		44.419.548	32.593.269
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>5</b>	<b>9.742.302</b>	<b>8.960.849</b>
Contraprestação pecuniária a receber		7.538.699	6.523.215
Operadoras de planos de assistência à saúde		2.203.604	2.437.634
<b>Créditos de oper.assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.</b>		<b>1.672.278</b>	<b>703.576</b>
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>6</b>	<b>4.606.483</b>	<b>5.883.507</b>
Bens e títulos a receber	7	18.520.544	17.538.855
Despesas antecipadas		59.369	68.085
Conta corrente com cooperados		75.921	77.011
<b>Ativo não circulante</b>		<b>49.067.296</b>	<b>47.898.870</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>40.676.385</b>	<b>39.808.322</b>
Depósitos judiciais e fiscais	8	30.065.286	28.981.674
Conta corrente com cooperados	9	10.611.099	10.826.648
<b>Investimentos</b>	<b>10</b>	<b>5.134.288</b>	<b>4.687.999</b>
Particip. societ. avaliadas pelo método de equival. patrimonial		5.134.288	4.687.999
Particip. societárias – oper. de planos de assistência a saúde		5.116.280	4.670.190
Outros investimentos		18.008	17.809
<b>Imobilizado</b>	<b>11</b>	<b>3.203.487</b>	<b>3.307.384</b>
Imóveis de uso próprio – não hospitalares		2.032.000	2.032.000
Bens móveis de uso próprio – não hospitalares		750.824	823.116
Outras imobilizações		420.663	452.268
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>53.136</b>	<b>95.165</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>151.678.647</b>	<b>139.046.797</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Nota	2019	2018
<b>Passivo circulante</b>		<b>52.856.999</b>	<b>49.066.023</b>
<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>13</b>	<b>13.062.458</b>	<b>12.037.074</b>
Provisão Prêmio de Contraprestação Não Ganha (PPCNG)		229.356	211.183
Provisão para remissão		17.714	18.927
Provisão de eventos a liquidar para SUS		2.675.178	2.382.231
Prov. de ev. a liquidar p/ outros prest. de serviços assistenciais		1.818.668	1.458.553
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		8.321.542	7.966.180
<b>Débitos de operações de assistência à saúde</b>		<b>9.865.223</b>	<b>6.615.453</b>
Receita antecipada de contraprestações		-	-
Operadoras de planos de assistência à saúde		7.635.640	4.513.089
Outros débitos de oper. com planos de assistência à saúde	14	2.229.584	2.102.364
<b>Débitos de oper.assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.</b>	<b>15</b>	<b>10.586.140</b>	<b>3.424.204</b>
<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>	<b>16</b>	<b>1.855.456</b>	<b>1.564.817</b>
<b>Débitos diversos</b>	<b>17</b>	<b>17.487.721</b>	<b>21.871.458</b>
<b>Conta-corrente de cooperados</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>3.553.017</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>46.682.533</b>	<b>45.495.549</b>
<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>13</b>	<b>8.093.645</b>	<b>6.381.967</b>
Provisão para remissão		22.024	8.932
Provisão de eventos a liquidar para SUS		8.071.621	6.373.035
<b>Provisões</b>	<b>19</b>	<b>28.331.384</b>	<b>28.629.880</b>
Provisões para ações judiciais		28.331.384	28.629.880
<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>	<b>16</b>	<b>10.257.504</b>	<b>10.483.702</b>
Parcelamento de tributos e contribuições		1.296.519	1.628.993
Trib. e Contr. Relac. a IN 20 (Cooperativas) – Parc.	19	8.960.985	8.854.709
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>52.139.115</b>	<b>44.485.225</b>
<b>Capital social</b>	<b>20</b>	<b>743.995</b>	<b>743.995</b>
<b>Reservas</b>	<b>20</b>	<b>51.395.120</b>	<b>43.741.230</b>
Reservas de sobras		46.420.092	37.760.349
<b>Sobras à disposição da AGO</b>	<b>21</b>	<b>4.975.028</b>	<b>5.980.881</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>151.678.647</b>	<b>139.046.797</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (SOBRAS)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

Demonstração do resultado do exercício	2019	2018
<b>Contraprestações efetivas de oper. c/ planos de assistência à saúde líquidas</b>	<b>45.109.896</b>	<b>50.839.451</b>
Receita com operações de assistência à saúde	47.161.476	52.970.326
Contraprestações líquidas	47.173.355	52.950.782
Variação das provisões técnicas de oper. De assistência à saúde	(11.879)	19.544
Tributos diretos de oper. C/ planos de assist. À saúde da operadora	(2.051.580)	(2.130.875)
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>	<b>(25.295.410)</b>	<b>(30.428.538)</b>
Eventos conhecidos ou avisados	(24.940.049)	(29.690.422)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(355.361)	(738.116)
<b>Resultado das operações c/ planos de assist. À saúde</b>	<b>19.814.486</b>	<b>20.410.913</b>
Outras receitas operac. De planos de assist. À saúde	75.002	90.367
Outras receitas oper. de assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da operad.	24.557.423	22.814.624
Receitas operações de assistência médico-hospitalar	20.902.405	19.865.475
Receitas Adm Interc Eventual - Assist Med	734.961	
Outras receitas operacionais	2.920.057	2.949.149
Outras despesas operacionais com planos de assist. À saúde	(170.760)	(817.305)
Outras despesas operacionais com planos de assist. À saúde	(21.407)	(24.174)
Provisão para perdas sobre créditos	(149.353)	(793.131)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.	(14.594.683)	(13.469.614)
<b>Resultado bruto</b>	<b>29.681.468</b>	<b>29.028.985</b>
Despesas de comercialização	(2.043.418)	(1.474.870)
Despesas administrativas	(22.847.805)	(20.793.242)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>3.907.924</b>	<b>3.098.162</b>
Receitas financeiras	5.965.098	6.558.730
Despesas financeiras	(2.057.174)	(3.460.568)
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>190.990</b>	<b>271.924</b>
Receitas patrimoniais	197.115	272.562
Despesas patrimoniais	(6.125)	(638)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>8.889.159</b>	<b>10.130.959</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>(808.738)</b>	<b>(550.157)</b>
Contribuição social	(299.786)	(206.697)
Participações no resultado	(82.105)	(128.110)
Provisão para pagamento de juros sobre o capital	(44.640)	(44.640)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>7.653.890</b>	<b>9.201.355</b>

Continua...

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (SOBRAS)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

...continuação.

Demonstração do resultado do exercício	2019	2018
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>7.653.890</b>	<b>9.201.355</b>
Destinações Legais e Estatutárias:		
(-) Transferência para o RATES - 5%	(382.694)	(460.068)
(-) Transferência para o fundo de reserva - 10%	(765.390)	(920.135)
(-) Transferência para o fundo de desenvolvimento - 20%	(1.530.778)	(1.840.271)
Compensação da perda do exercício com o fundo de reserva	-	-
<b>Sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária</b>	<b>4.975.028</b>	<b>5.980.881</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	2019	2018
Resultado líquido do exercício	<u>4.975.028</u>	<u>5.980.881</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>4.975.028</u></u>	<u><u>5.980.881</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Capital social	Fundo de Reserva	RATES	Fundo de Desenvolvimento	Fundo apoio financeiro	Sobra à disposição da AGO	Total do patrimônio Líquido
<b>Mutações do patrimônio líquido</b>							
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>743.995</b>	<b>4.685.266</b>	<b>2.162.341</b>	<b>17.721.811</b>	<b>9.970.457</b>	-	<b>35.283.870</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	9.201.355	9.201.355
Destinações legais e estatutárias:							
Fundo de reserva – 10%	-	920.135	-	-	-	(920.135)	-
Rates – 5%	-	-	460.068	-	-	(460.068)	-
Fundo de desenvolvimento – 20%	-	-	-	1.840.271	-	(1.840.271)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>743.995</b>	<b>5.605.401</b>	<b>2.622.409</b>	<b>19.562.082</b>	<b>9.970.457</b>	<b>5.980.881</b>	<b>44.485.225</b>
Destinações conforme AGO:							
Incorporação da sobra ao fundo de reserva	-	5.980.881	-	-	-	(5.980.881)	-
Resultado do exercício						7.653.890	7.653.890
Destinações legais e estatutárias:							
Fundo de reserva – 10%	-	765.390	-	-	-	(765.390)	-
Rates – 5%	-	-	382.694	-	-	(382.694)	-
Fundo de desenvolvimento – 20%	-	-	-	1.530.778	-	(1.530.778)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>743.995</b>	<b>12.351.672</b>	<b>3.005.103</b>	<b>21.092.860</b>	<b>9.970.457</b>	<b>4.975.028</b>	<b>52.139.115</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

Demonstração do fluxo de caixa	Nota Explicativa	2019	2018
<b>Atividades operacionais:</b>			
Recebimento de planos de saúde		183.975.858	177.131.825
Resgate de aplicações financeiras		294.059.927	248.600.175
Outros recebimentos operacionais		144.220.562	129.291.265
(-) Pag. a fornecedores/prestadores de serviços à saúde		(156.347.189)	(151.709.886)
(-) Pagamentos de comissões		(2.104.520)	(1.200.380)
(-) Pagamentos de pessoal		(8.286.238)	(8.160.109)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros		(1.944.646)	(1.107.715)
(-) Pagamentos de tributos		(6.668.985)	(5.480.498)
(-) Pagamento de Processos Judiciais		(1.898.935)	(2.588.415)
(-) Pagamentos de aluguel		(379.227)	(371.522)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade		(2.769.421)	(2.111.651)
(-) Aplicações Financeiras		(304.681.962)	(253.961.197)
(-) Outros pagamentos operacionais		(140.158.107)	(120.887.731)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>25</b>	<b>(2.982.883)</b>	<b>7.444.161</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros		55.821	-
(+) Recebimento de Dividendos		1.818	-
(-) Pagamentos de aquisição do ativo imobilizado - outros		(162.195)	(211.839)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível		(41.287)	-
(-) Pag. de Aquisição de Participação em Outras Empresas		(50.640)	(1.911.502)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento		(88.358)	-
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>		<b>(284.841)</b>	<b>(2.123.342)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>			
(-) Pagamentos de juros - empréstimos e financiamentos		(217.971)	(244.015)
(-) Pagamento de Participação nos Resultados		(82.105)	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>(300.076)</b>	<b>(244.015)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(3.567.800)</b>	<b>5.076.804</b>
<b>CAIXA – saldo inicial</b>		<b>7.130.807</b>	<b>2.054.003</b>
<b>CAIXA – saldo final</b>		<b>3.563.007</b>	<b>7.130.807</b>
<b>Ativos livres no início do período</b>		<b>39.724.076</b>	<b>17.809.106</b>
<b>Ativos livres no final do período</b>		<b>47.982.555</b>	<b>39.724.076</b>
<b>Aumento nas aplicações financeiras – recursos livres</b>		<b>8.258.479</b>	<b>21.914.970</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

#### 1. Contexto operacional

A **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas** tem por objetivo a organização e orientação dos interesses econômicos, tecnológicos e assistenciais de caráter interativo de suas filiadas, conforme prerrogativas da Lei 5.764/71 e de seu Estatuto Social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica e hospitalar. Para consecução deste mesmo objetivo, atua como operadora de planos de saúde coletivos, de abrangência regional, nos termos da Lei 9.656/98.

A cooperativa é dependente das diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, políticas de comercialização e reajustes de preços dos planos de saúde, e também de estabelecer normas financeiras e contábeis.

A Cooperativa possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob o número 32829-4.

#### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

##### 2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/71, bem como as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, em consonância com o plano de contas padrão das operadoras de planos privados de assistência à saúde – OPS estabelecido na Resolução Normativa – RN 290, e posteriores alterações até a Resolução Normativa – RN 418 (última alteração).

Essas demonstrações financeiras estão expressas em Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, e consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 31 de janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Cooperativa de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Cooperativa está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

### **3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pela Cooperativa nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma:

#### **a) Apuração das sobras ou perdas**

As contraprestações pecuniárias, eventos indenizáveis, ingressos e dispêndios são apropriados obedecendo ao regime de competência. As contraprestações pecuniárias representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Cooperativa.

As contraprestações pecuniárias são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Cooperativa; e (iv) no momento que os serviços estejam disponíveis para os usuários, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao usuário.

#### **b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos**

Na elaboração das demonstrações financeiras da Cooperativa, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como

da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano.

**c) Instrumentos financeiros**

*(i) Ativos financeiros não derivativos*

A Cooperativa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem os créditos de operações com planos de assistência à saúde e demais valores a receber.

*(ii) Instrumentos financeiros derivativos*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado, se aplicável.

Em 31 de dezembro de 2019, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer dos exercícios.

*(iii) Passivos financeiros não derivativos*

A Cooperativa reconhece os passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, prestadores de serviços, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

**d) Caixa e equivalentes de caixa**

Representado por numerários em caixa e saldos em bancos conta movimento, conforme determinação da ANS em grupo titulado “disponível”.

**e) Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras livres são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações da ANS, possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

**f) Créditos com plano de assistência à saúde**

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos oriundos dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde.

**g) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC**

É registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

**h) Estoques**

Avaliados pelo custo de aquisição. Variações em relação aos valores de reposição ou de realização não são relevantes.

**i) Investimentos**

Representados por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, são demonstrados ao valor de aquisição, somados às incorporações de sobras e/ou dividendos ocorridos.

**j) Imobilizado**

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Cooperativa inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como dispêndios do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outros ingressos (dispêndios) operacionais” na demonstração do resultado. A Cooperativa não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

**k) Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

**l) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Cooperativa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2019.

#### m) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

**Provisão de remissão:** é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde e foi calculada com base em nota técnica devidamente aprovada pela ANS, de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 148, de 3 de março de 2007 e normas posteriores.

**Provisão para eventos ocorridos e não avisados -PEONA:** destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 160, da ANS e alterações posteriores. A Cooperativa tem aprovada pela ANS a metodologia própria de cálculo da provisão, baseada em estudo técnico atuarial.

**Provisão de eventos a liquidar:** representados pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, nos termos da Resolução Normativa – 227/10 e alterações posteriores.

**Ressarcimento ao SUS:** provisão face as demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

#### n) Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no resultado tributável das operações geradas com terceiros, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da legislação fiscal vigente. Sobre o resultado decorrente da operação com cooperados não há incidência desses tributos.

**o) Demais ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**p) Segregação entre circulante e não circulante**

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

**r) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Cooperativa, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, e

os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

#### s) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

#### 4. Aplicações financeiras

Descrição	Modalidade	2019	2018
<b>Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)</b>		<b>19.951.899</b>	<b>18.191.968</b>
Banco Bradesco	Fundo Bradesco FIRFANS	12.901.250	13.275.481
Banco Santander	Fundo Santander – ANSRF (ii)	2.128.481	2.029.694
Banco CEF	Fundo CEF ANS RF FI	1.891.002	-
XP Investimentos	LFT 210100 - dentre outros (ii)	3.031.166	2.886.793
<b>Aplicações Não Vinculadas</b>		<b>44.419.548</b>	<b>32.593.269</b>
Banco Bradesco	FICFI REFER DI TOP	12.150.923	16.478.333
Banco Santander	FICFI	64.862	19.854
XP Investimentos	APL / CDB	31.318.672	16.030.797
Banco Sicoob	RDC - Longo CDI	884.758	64.285
Banco CEF	FIC CX GIRO DI LP	333	-
<b>Total</b>		<b>64.371.447</b>	<b>50.785.237</b>

As aplicações são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

(i) A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/15 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada

em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

(ii) Em 2019, do valor de R\$ 2.128.481 da aplicação financeira no Banco Santander, o correspondente a R\$ 2.029.694 trata-se de aplicação que integra o lastro das provisões técnicas da ANS, porém, não possui vinculação obrigatória nos termos das normas vigentes. E ainda, para aplicação de R\$ 3.031.166 na XP Investimentos, o valor correspondente a esse lastro é de R\$ 2.886.793.

#### 5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2019	2018
Contraprestação pecuniária a receber:		
Faturas a receber – PJ	23.007.742	21.863.825
Faturas a receber – PF	68.238	47.071
Operadoras de Planos	2.216.752	2.451.031
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	(15.550.430)	(15.401.078)
<b>Total</b>	<b>9.742.302</b>	<b>8.960.849</b>

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. Provisão representada significativamente em R\$ 15.023.025,54 referente cobertura em pós pagamento.

#### 6. Créditos tributários e previdenciários

Descrição	2019	2018
Créditos tributários (i)	4.606.483	5.883.507

(i) Representado substancialmente pelo ICMS a recuperar decorrente das operações das distribuidoras de medicamentos, no montante de R\$ **1.569.686,91** correspondente à saldo credor de GIA e recolhimento antecipado por substituição tributária.

## 7. Bens e títulos a receber

Descrição	2019	2018
<b>Estoques</b>	<b>3.841.656</b>	<b>2.016.387</b>
Distribuidora de Medicamentos	2.904.226	1.764.497
Laboratório Óptico	213.250	168.895
Distribuidora Hospitalar	629.099	3.485
Material de Consumo	95.081	79.510
Títulos a receber	2.242	8.928
<b>Adiantamentos</b>	<b>2.626.173</b>	<b>53.048</b>
<b>Créditos com singulares (i)</b>	<b>6.195.564</b>	<b>10.397.786</b>
<b>Devoluções – fornecedores (ii)</b>	<b>33.526</b>	<b>94.913</b>
<b>(-) Provisão para perdas sobre créditos (iii)</b>	<b>(385.999)</b>	<b>(137.392)</b>
<b>Outros créditos a receber</b>	<b>6.207.382</b>	<b>5.105.185</b>
<b>Total</b>	<b>18.520.544</b>	<b>17.538.855</b>

- (i) Representado pelas contas a receber das Unimed's (singulares filiadas) por conta de fornecimentos de medicamentos e produtos da distribuidora de medicamentos e óptica;
- (ii) Corresponde a créditos oriundos de devoluções de medicamentos realizados pela Distribuidora, que estão sendo negociados com os respectivos fornecedores, mediante obtenção de bônus ou descontos em compras futuras.
- (iii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber, é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

## 8. Depósitos judiciais e fiscais

Representados por depósitos judiciais realizados para fazer frente a contestações de diversos processos nas áreas tributária, trabalhista e previdenciária, cujas exigibilidades estão correspondidas através de provisão para riscos e contingências, apresentada no passivo não circulante - exigível a longo prazo (nota explicativa 19) e permanecerão vinculadas até o final das demandas.

Descrição	Nota		
	explicativa	2019	2018
Depósitos judiciais – ressarcimento SUS	13 (ii)	8.071.621	6.373.035
Depósitos judiciais – INSS prod. especial	18 (i)	3.672.004	6.744.322
Depósitos judiciais – INSS FAP	18 (i)	65.182	63.164
Depósitos judiciais – processos cíveis	18 (iii)	439.733	545.319
Depósitos Judiciais – processos trabalhistas	18(iii)	19.026	54.331
Depósitos judiciais – proc. Tributários - TSS	(i)	1.640.682	1.099.292
Depósitos judiciais – COFINS	18 (ii)	13.645.987	11.886.688
Depósitos judiciais – PIS	18 (ii)	2.511.051	2.215.523
<b>Total</b>		<b>30.065.286</b>	<b>28.981.674</b>

- (i) Foi promovida pela Cooperativa ação judicial alegando que a TSS é inexigível em decorrência da ofensa ao princípio da legalidade estrita, visto que sua base de cálculo foi definida pelo artigo 3º da Resolução nº 10, da diretoria Colegiada da ANS. Nesse processo a Cooperativa está requerendo a devolução dos recursos pagos. Sobre esse assunto a Cooperativa está realizando depósito judicial.

#### 9. Conta corrente com cooperados – realizável a longo prazo

Representada pelo saldo acumulado de R\$ **10.611.099** em 31 de dezembro de 2019, que corresponde a valores atualizados de lançamento de transferência de saldo devedor de “Sobras e Perdas Acumuladas” ocorrido em 2008, decorrentes do registro em contrapartida das contingências passivas detalhadas a seguir, que estão contempladas no saldo da conta de “Provisões para Contingências” apresentadas no passivo não circulante (nota explicativa 18 (iv)), referindo-se a responsabilidade transferida às cooperadas pelo pagamento das exigibilidades envolvidas, caso venham a ser exigidas na ocorrência de decisões desfavoráveis nas demandas judiciais movidas pela Federação, permanecendo a realização dos referidos créditos vinculada à efetiva exigibilidade dos passivos correspondentes. Os registros foram realizados consoante à faculdade prevista contida na Instrução Normativa nº 20 de 20/10/2008 da DIOPE/ANS e alterações posteriores, além de ratificados nas Assembleias Gerais Ordinárias, os quais são detalhados a seguir:

Descrição	2019	2018
Pis e Cofins - operadora e distribuidora (2005 a 2007)	1.650.114	1.971.938
Processos Jurídicos – Área Estadual	8.960.985	8.854.710
<b>Total</b>	<b>10.611.099</b>	<b>10.826.648</b>

## 10. Investimentos

### a. Composição do saldo

Descrição	2019	2018
Unimed do Brasil	2.005.719	1.820.699
Federação das Unimed's do Est. São Paulo	3.053.362	2.805.117
Alcred Jaboticabal	9.766	9.597
MedCred Ribeirão Preto	7.230	7.200
Central Nacional Unimed	51.199	44.374
SICCOOB – Sist. De Coop. de Cred. do Brasil	1.012	1.012
FESPPART – Participações	6.000	-
<b>Total</b>	<b>5.134.288</b>	<b>4.687.999</b>

### b. Movimentação

Descrição	2018	Adições	2019
Unimed do Brasil	1.820.699	185.020	2.005.719
Federação das Unimed's do Est. São Paulo	2.805.117	248.245	3.053.362
Alcred Jaboticabal	9.597	169	9.766
MedCred Ribeirão Preto	7.200	30	7.230
Central Nacional Unimed	44.374	6.825	51.199
SICCOOB – Sist. De Coop. de Cred. do Brasil	1.012	-	1.012
FESPPART – Participações	-	6.000	6.000
<b>Total</b>	<b>4.687.999</b>	<b>446.289</b>	<b>5.134.288</b>

## 11. Imobilizado

### a. Composição do saldo

Descrição	Taxa depreciação Anual	Depreciação		2019	2018
		Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
<b>Bens móveis - não hospitalares</b>					
Terrenos	-	2.032.000	-	2.032.000	2.032.000
Móveis e utensílios	10%	703.230	(584.577)	118.653	93.686
Veículos	20%	158.374	(127.094)	31.280	50.526
Instalações	10%	187.377	(159.566)	27.811	36.949
Máquinas e equipamentos	10%	1.523.872	(1.020.936)	502.936	585.780
Equipam. de comunicação	10%	102.940	(53.482)	49.458	52.542
Terminais e periféricos	20%	1.300.169	(1.230.025)	70.144	56.174
<b>Outras Imobilizações</b>					
Direito de uso de telefone	-	4.329	-	4.329	4.329
Benf. em propr. de terceiros	10%	718.599	(351.723)	366.876	395.398
<b>Total</b>		<b>6.730.890</b>	<b>(3.527.403)</b>	<b>3.203.487</b>	<b>3.307.384</b>

### b. Movimentação do custo

Descrição	2018	Adições	Baixas	2019
<b>Bens Móveis - Não Hospitalares</b>				
Terrenos	2.032.000	-	-	2.032.000
Móveis e Utensílios	663.139	49.559	(9.469)	703.230
Veículos	158.374	-	-	158.374
Instalações	187.377	-	-	187.377
Máquinas e Equipamentos	1.490.941	53.243	(20.312)	1.523.872
Equipamentos de Comunicação	107.832	2.768	(7.660)	102.940
Terminais e Periféricos	1.437.394	40.235	(177.460)	1.300.169
<b>Outras Imobilizações</b>				
Direito de Uso de Telefone	4.329	-	-	4.329
Benf. em propr. de terceiros	718.599	-	-	718.599
<b>Total</b>	<b>6.799.985</b>	<b>145.805</b>	<b>(214.901)</b>	<b>6.730.890</b>

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2018	Adições	Baixas	2019
<b>Bens Móveis - Não Hospitalares</b>				
Móveis e Utensílios	(569.453)	(23.490)	8.366	(584.577)
Veículos	(107.848)	(19.246)	-	(127.094)
Instalações	(150.428)	(9.138)	-	(159.566)
Máquinas e Equipamentos	(905.161)	(130.478)	14.703	(1.020.936)
Equipamentos de Comunicação	(55.290)	(5.774)	7.582	(53.482)
Terminais e Periféricos	(1.381.220)	(25.879)	177.074	(1.230.025)
<b>Outras Imobilizações</b>				
Benf. em propr. de terceiros	(323.201)	(28.522)	-	(351.723)
<b>Total</b>	<b>(3.492.601)</b>	<b>(242.527)</b>	<b>207.725</b>	<b>(3.527.403)</b>

12. Intangível

a. Composição do saldo

Descrição	2019			2018
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<b>Sistema de comp. - não hospitalares</b>				
Softwares e Aplicativos	1.221.055	(1.167.919)	53.136	95.165

b. Movimentação do custo

Descrição	2018	Adições	2019
<b>Sistema de computação - não hospitalares</b>			
Softwares e Aplicativos	1.221.055	-	1.221.055

c. **Movimentação da amortização acumulada**

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>Adições</b>	<b>2019</b>
<b>Sistema de Computação - Não Hospitalares</b>			
Softwares e Aplicativos	<b>(1.125.890)</b>	<b>(42.029)</b>	<b>(1.167.919)</b>

13. **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

<b>Descrição</b>	<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Provisão de remissão (i)	17.715	22.024	18.927	8.932
PPCNG	229.356	-	211.183	-
Provisão de eventos a liquidar:				
Ressarcimento SUS (ii)	2.675.178	8.071.621	2.382.231	6.373.035
Rede credenciada (iii)	932.911	-	414.687	-
Intercâmbio (iii)	881.077	-	1.031.928	-
Reembolsos	4.680	-	11.938	-
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)	8.321.541	-	7.966.180	-
<b>Total</b>	<b>13.062.458</b>	<b>8.093.645</b>	<b>12.037.074</b>	<b>6.381.967</b>

(i) Constituída sobre contratos comercializados que possuem cláusula de remissão das contraprestações pecuniárias, correspondente à continuidade de cobertura de assistência à saúde a usuários dependentes em caso de falecimento do titular do plano.

(ii) A Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra a instituição governamental, relativamente às cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As cobranças advêm de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde de beneficiários do seu plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças e na opinião favorável quanto ao êxito da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conforme determinação da ANS, são suficientes para eventuais perdas com estas demandas. Há depósitos judiciais consignados nas demonstrações financeiras relativo a essas demandas no valor de R\$ 8.071.621 em 31 de dezembro de 2019, como descrito na nota explicativa 8.

(iii) Relativo aos serviços de assistência à saúde, realizados pelos médicos, hospitais, clínicas e laboratórios credenciados, para cobertura de assistência médica dos usuários da Cooperativa.

(iv) Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, é destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados à Operadora. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2019 corresponde a 72/72 avos, ou seja, a integralidade da provisão.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 159/07 e posteriores alterações:

- **Patrimônio mínimo ajustado:** capital base R\$ 8.503.233 (RN 209/09) atualizado anualmente tendo como referência a variação do IPCA 07/2019, multiplicado pelo fator K (RN 209/2009), o qual depende da região de comercialização e do segmento da operadora;
- **Margem de solvência:** manter patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior. O prazo máximo permitido para adequação é de 10 anos, onde as operadoras deverão observar a proporção cumulativa mínima de 1/120 avos por mês, a partir de janeiro de 2008; os prazos permitidos para adequação da Margem de Solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2012 pela RN no 313, a ser constituído 100% em Dez/2022;
- **Dependência operacional:** valor calculado com base na diferença, contada em dias, entre o prazo médio de pagamento de eventos e o prazo médio de recebimento de contraprestações, decorrente do ciclo financeiro da operação. Caso o resultado deste cálculo seja um valor positivo, será necessária a constituição de ativos garantidores. A dependência operacional foi revogada em agosto de 2010 pela RN ANS nº 227/10; e
- **Ativos garantidores:** as provisões técnicas exigem a constituição de garantias financeiras a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 159/07 e posteriores alterações. Em 31 de dezembro de 2019, as garantias financeiras eram constituídas exclusivamente por aplicações financeiras (nota explicativa 4).

#### 14. Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2019	2018
Provisão plano de Saúde	2.229.584	2.102.364

Provisão constituída para fazer frente ao montante de contas em trânsito, ainda não avisadas à operadora, em função da natureza de suas operações, destinada à cobertura de compromissos assumidos com a prestação dos serviços de assistência médico-hospitalar até a data do balanço, cujos custos estimados e calculados com base na sinistralidade

média dos últimos trimestres do exercício, cuja previsão para apresentação é estimada em até 90 dias após a ocorrência do evento. Esta provisão operacional não representa saldo de eventos a liquidar avisados de que trata a RN 227/10 e posteriores alteração, e é constituída, sobretudo em razão das peculiaridades do sistema de intercâmbio.

**15. Débitos de oper.assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.**

Descrição	2019	2018
Prestação Serviço Assistência Saúde	3.460.146	3.424.204
Déb. com Adm Prog ou Fund. de Custeio de Desp Assist Saúde	7.125.994	-
	<b>10.586.140</b>	<b>3.424.204</b>

Os débitos com administração de programa referem-se à contabilização dos produtos federativos que adequaram sua contabilização atendendo a RN 430, item 9 - Fundo comum, anteriormente registrados na nota explicativa nº 18.

**16. Tributos e encargos sociais a recolher**

Descrição	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos e contribuições a recolher	1.501.860	8.960.985	1.221.871	8.854.709
Tributos e contribuições a recolher – parcelamento (i)	353.596	1.296.519	342.946	1.628.993
<b>Total</b>	<b>1.855.456</b>	<b>10.257.504</b>	<b>1.564.817</b>	<b>10.483.702</b>

**(i) Parcelamento:**

**a) Imposto de Renda e Contribuição Social** - (R\$ 51.866 no circulante e R\$ 190.175 no não circulante).

Refere-se ao parcelamento da Lei nº 11.941/09 (REFIS) no total de R\$ 411.990 (Quatrocentos e onze mil e novecentos e noventa reais), parcelados em 160 meses junto a Secretaria da Receita Federal, restando em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar de R\$ 242.041 correspondente a 56 parcelas mensais e consecutivas.

**b) COFINS e PIS** - (R\$ 301.730 no circulante e R\$ 1.106.343 no não circulante).

Refere-se ao parcelamento da Lei Nº 11.941/09 no total de R\$ 2.387.115 (Dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil e cento e quinze reais), parcelados em 160 meses junto a Secretaria da Receita Federal, restando em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar de R\$ 1.408.073 correspondente a 56 parcelas mensais e consecutivas.

## 17. Débitos Diversos

<b>Modalidade</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Prov. de férias e encargos	646.521	590.985
Obrigação com pessoal	7.155	3.257
<b>Fornecedores (ii)</b>	<b>15.396.377</b>	<b>19.973.142</b>
Distribuidora	6.722.701	4.221.704
Órtese e prótese	8.017.944	13.179.075
Produto complementar	15.396.377	1.661.344
Diversos	655.732	911.019
Depósitos de terceiros (i)	1.393.028	1.259.434
Prov. juros sobre capital	44.640	44.640
<b>Total</b>	<b>17.487.721</b>	<b>21.871.458</b>

- (i) Refere-se basicamente a ingressos decorrentes de mensalidades de contribuição social emitidas contra suas associadas em contrapartida de contas a receber, que serão reconhecidas de acordo com o recebimento e período de competência.
- (ii) Representado substancialmente pelas contas a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos adquiridos até 31 de dezembro de 2019 para as filiais distribuidora de Medicamentos, óptica e hospitalar, a serem liquidadas a partir de janeiro de 2020.

## 18. Conta Corrente Cooperados

<b>Modalidade</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Conta Corrente - Cooperadas (i)	-	1.191.054
Provisão MCR (ii)	-	2.361.963
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.553.017</b>

- (i) Adiantamento de Serviços efetuado pela Central Nacional em operação relativa ao Banco Santander, visando o desenvolvimento de estrutura de serviços regionais para beneficiários da CNU. Acordo operacional foi encerrado entre as UnimedS sendo os beneficiários excluídos em 2018.
- (ii) MCR – Módulo Complementar Regional: Contrato regional para tratamentos de alta complexidade em Cirurgias Cardíacas e Terapias Renais. A conta representa o saldo credor de singulares em relação à Federação, devido ao desempenho positivo daquelas singulares no Módulo Coração Regional. O saldo ora apresentado inclui o Fundo de Reserva determinado pelo regulamento do contrato do MCR.

## 19. Provisões para ações judiciais e Parcelamento IN 20

Corresponde às provisões para contingências que conservadoramente a Administração decidiu por constituir, destinada a fazer face à cobertura de eventuais riscos de perdas em demandas, as quais nossos assessores jurídicos através de parecer emitido, atestam como possíveis às possibilidades de perdas, assim distribuídas:

Descrição	2019	2018
<b>Tributárias e previdenciárias</b>		
Previdenciárias (i)	3.845.756	6.798.550
Pis/Cofins (ii)	16.157.038	14.102.211
<b>Trabalhistas (iii)</b>	79.318	62.229
<b>Ações cíveis (iii)</b>	6.608.590	6.431.246
<b>Administrativas ANS (i)</b>	1.640.682	1.235.644
<b>Total</b>	<b>28.331.384</b>	<b>28.629.880</b>

- (i) Provisão constituída sobre a contribuição previdenciária incidente sobre repasses de produção realizados a cooperados eleitos para cargos de direção na Federação e da parcela de terceiros, que estão sendo contestadas judicialmente, correspondidas por depósitos judiciais apresentados na nota explicativa 8, que permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário.
- (ii) Correspondem a contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2009 a 2019, objeto de contestação judicial, representado por depósitos judiciais apresentados no ativo não circulante, nota explicativa 8.
- (iii) A Cooperativa está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatórias e trabalhistas. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para contingências para fazer face à eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda possível e provável estimada pelos assessores jurídicos da Empresa. Há depósitos judiciais cíveis no montante de R\$ 439.733 e trabalhistas no montante de R\$ 19.026 em 31 de dezembro de 2019, dos quais R\$ 310.809 correspondem ao custeio judicial de insumos de alto custo que a operadora entende não possuir cobertura pelos contratos vigentes.

Descrição	2019	2018
<b>Parcelamento IN 20</b>		
IN nº 20 – DIOPE/ANS (iv)	8.960.985	8.854.710

(iv) Provisão correspondente a impostos e contribuições federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) incidentes sobre as operações da Federação (Operadora e Distribuidora de Medicamentos), bem como, a autos de infração emitidos pela fazenda estadual com vistas à cobrança de multas sobre supostas diferenças de ICMS, cujas exigibilidades são consideradas ilegítimas e contestadas pela assessoria jurídica da Cooperativa, que através de parecer emitido, atestam entre remotas e possíveis as possibilidades de perdas nas respectivas demandas. Os valores envolvidos na mencionada provisão, estão correspondidos por valores transferidos para o Ativo Realizável a Longo Prazo consoante a faculdade prevista na IN DIOPE/ANS nº 20 de 20/10/2008 e alterações posteriores, conforme detalhado na nota explicativa 9.

## 20. Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

### b. Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para ao Fundo de reserva, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa; e
- 20% para Fundo de Desenvolvimento, destinados ao desenvolvimento das atividades e operações da Cooperativa.
- 6% para juros sobre o capital social integralizado, apresentado em rubrica específica no passivo circulante.
- além dessas reservas outras poderão ser constituídas com fins de duração específicos em Assembleia Geral dos cooperados.

## 21. Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias, ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação, e são assim demonstradas:

<b>Descrição</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Resultado líquido do exercício	7.653.890	9.201.355
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Fundo de reserva	(765.390)	(920.135)
RATES (5% da sobra do exercício)	(382.694)	(460.068)
Fundo de desenvolvimento (20% da sobra do exercício)	(1.530.778)	(1.840.271)
Compensação da perda do exercício com fundo de reserva	-	-
<b>Sobras à disposição da AGO</b>	<b>4.975.028</b>	<b>5.980.881</b>

## 22. Compartilhamento de risco da RN nº 446 de novembro de 2019

A Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde.

A edição da RN nº 435, de 23 de novembro de 2018, possibilitou que a escrituração contábil a partir do exercício de 2019 contemplasse a segregação das despesas com eventos indenizáveis referentes a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida, bem como as contraprestações de corresponsabilidade cedida (valor excludente da receita que corresponde aos eventos indenizáveis relativos aos atendimentos prestados por outras operadoras em corresponsabilidade), de acordo com as diversas modalidades de contratação e de preço (preestabelecido ou pós-estabelecido).

A edição da RN 446, de 01 de novembro de 2019, acrescentou o artigo 3º-A e um Capítulo V ao Anexo da RN nº 435, de 2018, que estabelece às operadoras informarem a segregação dos valores contabilizados em 2018 referentes às contraprestações de corresponsabilidade cedida e às despesas assistenciais, respectivamente grupos 31171 e 411X1.

O principal objetivo da segregação de valores é a necessidade de desdobramento de saldos contábeis de 2018 de acordo com a abertura de contas contábeis implantada a partir de 2019 pela RN nº 435/2018, para subsidiar o cálculo da variação das Despesas Assistenciais - VDA, para apuração do índice máximo de reajuste dos planos de assistência à saúde individuais e familiares, em atendimento à recomendação constante no item 74 da Nota Técnica nº 10/2019/COGIS/SUCIS/SEAE/SEPEC-ME do Ministério da Economia:

a) segregação dos saldos contábeis do exercício de 2018 referentes ao grupo 31171 - Contraprestação de Corresponsabilidade Transferida de Assistência Médico Hospitalar, de acordo com o desdobramento contábil para esse grupo implantado a partir de 2019 pela Resolução Normativa nº 435/2018.

b) segregação dos saldos contábeis do exercício de 2018 referentes ao grupo 411X1 - Despesa com Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência Médico Hospitalar, de acordo com o desdobramento contábil para esse grupo implantado a partir de 2019 pela Resolução Normativa nº 435/2018;

A segregação da escrituração contábil dos lançamentos da corresponsabilidade, para atender o normativo vigente, conforme quadros para demonstrativos:

Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência Médico-Hospitalar (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em preço Pré-estabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço pós-estabelecido	
	2018	2019	2018	2019
<b>1 – Cobertura Assistencial com preço preestabelecido</b>	<b>9.018.285</b>	<b>9.264.622</b>	<b>64.698.462</b>	<b>64.663.804</b>
1.1 – Planos Individual/Familiares antes da Lei	-	-	32.542	47.412
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	-	-	141.013	317.379
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-	-	-
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	2.318.070	2.275.695
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	-	1.426	-
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	9.018.285	9.264.662	62.205.411	62.023.318
<b>2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.998.987</b>	<b>28.200.035</b>
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-		
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-		
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	-		
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	-	-	19.998.987	28.200.035
<b>Total</b>	<b>9.018.285</b>	<b>9.264.662</b>	<b>82.697.449</b>	<b>92.863.839</b>

Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados de assistência a saúde médico Hospitalar (grupo 411x1)	Carteira Própria (Beneficiários da Operadora)		Corresponsabilidade Assumida (Beneficiários de outras operadoras)	
	2018	2019	2018	2019
<b>1 – Cobertura Assistencial com preço preestabelecido</b>	<b>10.721.772</b>	<b>6.166.355</b>	-	<b>9.092.652</b>
1.1 – Planos Individual/Familiares antes da Lei	90.856	24.830	-	
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	527.393	414.426	-	
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-	-	
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	3.305.931	623.218	-	
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	125.873	23.351	-	
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	6.671.719	5.080.530	-	
<b>2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido</b>	<b>17.298.537</b>	<b>6.433.859</b>	-	<b>1.645.032</b>
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-	-	
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	48	-	-	
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	-	-	
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	17.298.490	6.433.859	-	
<b>Total</b>	<b>28.020.309</b>	<b>12.600.214</b>	-	<b>10.737.684</b>

## **22. Atendimento às regulamentações da ANS**

A Cooperativa encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno e tempestivo atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

## **23. Seguros**

A Administração da Cooperativa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

## **24. Gerenciamento de riscos**

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação aos riscos de crédito e de preços na compra de materiais e medicamentos para revenda. Risco de crédito: associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados a seus clientes (singulares) é atenuado pelas políticas de vendas e concessão de crédito que são fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus clientes (singulares), outra é pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O risco de crédito é historicamente baixo. Risco de preços na compra de materiais e medicamentos: a Cooperativa está exposta a eventos mercadológicos, políticos entre outros fatores fora de seu controle. A Administração tem como política o controle físico do estoque, que inclui compras antecipadas, de forma a minimizar esse risco.

25. Conciliação da demonstração do fluxo de caixa

	2019	2018
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>7.653.890</b>	<b>9.201.355</b>
<b>Ajustes:</b>		
Depreciação e Amortização	284.556	278.280
Prov./reversões p/ perdas sobre créditos - PPSC (PJ e PF)	1.723.251	794.364
Notas a faturar	(263.106)	-
Baixa de contingência ativa	377.952	-
Juros de aplicações financeiras	(3.330.954)	(2.296.628)
Provisão p/ eventos ocorridos e não avisados – PEONA	355.361	738.116
Variações Sobre Provisões Técnicas	139.099	(19.544)
Provisão para ações judiciais	(298.495)	3.387.343
<b>Saldo ajustado</b>	<b>6.641.554</b>	<b>12.083.285</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
(-) Aumento (+) redução de aplicações financeiras	(10.255.256)	(5.016.421)
Créditos de operações com assistência à saúde	(930.807)	(2.340.238)
Créd. de oper. c/ assist. à saúde n. rel. c/ pl. de saúde da oper.	(968.702)	(554.641)
Créditos tributários e previdenciários	(47.737)	(516.338)
Bens e títulos a receber	(967.721)	1.559.366
Despesas antecipadas	8.716	112.803
Conta corrente com cooperados	(161.313)	584.773
Outros Valores e Bens	(1.083.612)	(5.337.444)
<b>Total de Variações no Ativo</b>	<b>(14.406.432)</b>	<b>(11.508.140)</b>
Provisões Técnicas	2.242.601	(916.285)
Débitos c/ operações de assist. à saúde	3.249.771	4.573.268
Déb. c/ oper.de assist. à saúde não rel. c/ pl. saúde da oper.	7.161.937	3.424.204
Tributos e encargos sociais a recolher	64.441	(627.277)
Conta corrente com cooperados	(3.553.018)	1.254.780
Débitos diversos	(4.383.737)	(839.674)
<b>Total de Variações no Passivo</b>	<b>4.781.995</b>	<b>6.869.016</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(2.982.883)</b>	<b>7.444.161</b>

\*\*\*